

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ACADÊMICO NÃO-BINÁRIE* EM UM PROGRAMA ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO - PACE

REPORT OF EXPERIENCE OF A NON-BINARY¹ ACADEMIC IN A PROGRAM CURRICULAR ACTIVITY EXTENSION – PACE

Thaís Mirian Helena Pantoja Tarabossi 1

Resumo: Este trabalho trata-se de um relato de experiência de um Programa de Atividade Curricular de Extensão (PACE) Emergencial desenvolvido pela Profa. Dra. Maria Nilvane Fernandes, que coordenou, juntamente com a participação ampla de discente da Universidade Federal do Amazonas e de discentes de Faculdades da rede privada. O objetivo do PACE foi voltado para as “Políticas de Socioeducação: diálogos profissionais e diálogos sobre educação e escola”, proporcionando conversas com profissionais de diversas áreas que atuam com crianças e adolescentes, desde os direitos sociais até o campo das medidas socioeducativas. Devido ao contexto da pandemia e da recomendação do isolamento social a participação do programa foi totalmente online, através das plataformas sociais Google meet, Google Classroom e Whatsapp, ao todo foram ofertadas 19 palestra com profissionais que receberam convites da coordenação, também foi desenvolvido 3 publicações de jornais informativos e o relatório final que é composto pelos relatos de experiências de estudantes envolvidos.

Palavras-Chaves: Crianças/Adolescentes. Educação. Construção Social

Abstract: This work is an experience report of an Emergency Curricular Extension Activity Program (Pace) developed by Prof. Dr. Maria Nilvane Fernandes, who coordinated, together with the broad participation of students from the Universidade Federal do Amazonas [Federal University of Amazonas] and the students from private universities. The objective of PACE was focused on “Socio-education Policies: professional dialogues and dialogues on education and school”, providing conversations with professionals from various areas who work with children and adolescents, from social rights to the field of socio-education measures. Due to the context of the pandemic and the recommendation of social isolation the participation of the program was totally online, through the social platforms Google Meet, Google Classroom and Whatsapp, in all 19 talks were offered with professionals who received invitations from the coordination, 3 publications of informative newspapers were also developed and the final report which is composed of reports of experiences of students involved.

Keywords: Children/Adolescents. Education. Social Construction

* Pronome inclusivo fomentado pela comunidade de pessoas não-binárias para ser linguagem inclusiva/neutra, sem o binarismo linguístico, pois não se sentem contempladas pelos pronomes de gênero feminino: “não-binária” e nem masculino: “não-binário”, para abarcar “[...] indivíduos que não serão exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outogeneridade, fluidez em suas identificações.” (REIS; PINHO, 2016, p. 14).

1 Acadêmico de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4717607281985845>.
ORCID: 4717607281985845. E-mail: tтарabossi@gmail.com

Introdução

No atual cenário de pandemia, que no mês de dezembro completou dez (10) meses, com a medida de proteção e segurança as atividades presenciais das Universidades Federais foram barradas e houve a migração para a plataforma online. Não participei do Ensino Remoto Emergencial (ERE) ofertado pela coordenação do meu curso, Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, por motivos pessoais, assim que fiquei sabendo sobre o Programa de Extensão Emergencial (PACE Emergencial) que seria ofertado pelo curso de Pedagogia, coordenado pela professora Dra. Maria Nilvane Fernandes junto a colaboração das acadêmicas integrantes do PIBEX e do curso de pedagogia: Ana Rita Gomes Vieira, Maria Crysla Melo de Souza e Thayane Nascimento Saraiva com a temática “Políticas de socioeducação: diálogos profissionais e diálogos sobre educação e escola”, apresentei interesse, pois um dos meus objetivos acadêmicos e profissionais está ligado à escola e o papel do assistente social neste ambiente social.

O Pace Emergencial foi um local de construção acadêmico do qual estava afastado há 8 meses e onde eu não vislumbrava como seria após a pandemia. Por motivos ligados à minha identidade de gênero, não binária, estava deslocado e excluído da sociedade acadêmica, mesmo com vários desafios me inscrevi no Pace, me surpreendi com o acolhimento, respeito e reconhecimento que recebi. A profa. Dra. Maria foi uma ótima coordenadora, o ambiente acolhedor que me proporcionou, além de vários materiais para minhas futuras pesquisas, assim como contribuiu para meu empoderamento perante a sociedade.

Apesar de não acompanhar o projeto como queria, por motivos pessoais os quais ainda estou lutando judicialmente, e que ocasionaram desmotivação e vontade de desistir do PACE, a profa. Dra. Maria conversou comigo, me aconselhou e me encorajou a persistir, agradeço de coração pelas palavras ofertadas por ela, e espero poder participar de mais projetos de extensão, palestras, assim como aulas administradas por ela. Enfim, sou grato pelo acolhimento, pela evolução acadêmica, social e pessoal.

Palestra: História da institucionalização de crianças e adolescentes para uma compreensão do menorismo

A abordagem do tema surgiu para que possamos compreender a história sociopolítica por trás do termo “menor” (menorismo), e os preconceitos que foram construídos em cima dele.

O termo é pejorativo e totalmente tendencioso, pois teve origem nas famílias que não seguiam a estrutura social da família burguesa e era direcionado às crianças e adolescentes que cometiam atos infracionais e que eram direcionados à medidas protetivas. Também fora discutido os conceitos de infância, sua trajetória de construção na sociedade, as mudanças sociais, as distinções feitas pela sociedade burguesa sobre família, subdividindo em classes: burguesa, proletária e Doriana. A trajetória das instituições que eram dirigidas ou tinham aval do Estado para atuar na “correção” das crianças que cometiam atos infracionais.

O tema proposto pela profa. Dra. Maria Nilvane proporcionou esclarecimento sobre os caminhos tomados para a construção de um estado que se responsabilize pelo restabelecimento de crianças e adolescentes infratores e, que mesmo após a construção dos termos da infância, família, e mesmo após todos esses anos, o estado ainda falha ao lidar com tais assuntos. Exemplo disso é a prática do menorismo que até hoje persiste na sociedade e os vários defensores da maioria penal para 14 anos.

Palestra: abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Amazonas

O motivo da palestra da Mestranda Rosana Trindade de Matos foi explanar os conceitos, tipificações que rodeiam a questão do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes, com o foco no Amazonas.

As violências foram elucidadas e suas características explanadas, e defendido o porquê dos temas serem levados à escola, pois lá, como a mestranda Rosana elucidou, “é o espaço de informação e formação”. Após a família, a escola é o segundo local de socialização que a criança e adolescente têm contato com a sociedade, devendo lembrar que os abusos e explorações sexuais tem taxas elevadas com ocorrência intrafamiliar. Assim, o papel de educar sexualmente as crianças passa a ser não só da família, mas do Estado, tendo como principal instituição a escola. Visando não parar somente nisso, mas em projetar para que haja a modificação na sociedade em si, só assim os casos irão diminuir.

Palestra: Gênero e Direitos Humanos

A palestrante Advogada Luanna Marley salientou que o gênero é uma construção social, sendo imposta a ligação com o sexo biológico, tendo este pensamento reforçado na sociedade com as escrituras sagradas, com o machismo, a misoginia, lgbtfóbia, transfóbia.

Salientou as figuras públicas, como políticos e pastores, que são lgbtfóbicos e que discursam seu ódio abertamente. Relatou experiências vividas pela mesma no reformatório masculino, onde a sexualidade dos adolescentes era invisibilizada pela instituição e que chegou a dialogar com a diretora sobre as visitas íntimas serem somente permitidas para adolescentes héteros, a responsável pela direção teve respostas lgbtfóbicas e encerrou o assunto sem que desse oportunidade de debate sobre o mesmo, conversou também com um adolescente homossexual e ele confidenciou que se sentia coagido em falar abertamente sobre sua sexualidade e sofrer ataques lgbtfóbicos dos profissionais e dos outros adolescentes.

Faço parte da comunidade Lgbtqi+, e defendo que as questões de gênero e educação sexual devem ser abordadas e explanadas na escola, pois o processo de descoberta é na infância, mas por conta dos preconceitos e da heteronormatividade e cisnormatividade, ficamos reprimidos, coagidos, com os pensamentos da sociedade projetados em nossas mentes como “abomináveis, anormais, fantasias, problemáticos, portadores de transtornos mentais”, sendo que hoje, nas ciências psicológicas e neurológicas, nas sociais e humanas, antropológicas e culturais, já desconstruíram tais preconceitos. Portanto, a luta pelo reconhecimento de direitos e amparos sociais e civis, pelo respeito, pela garantia de uma vida digna, pela proporção de seguridade, educação, igualdade, deve persistir e tal bandeira não deve ser levantada e apoiada somente pela comunidade, mas pela sociedade em si, pelos educadores, profissionais da saúde, acadêmicos, profissionais da advocacia, pelos parentes, por instituições civis e do Estado.

Palestra: A função da Educação Escolar frente à violência sexual contra crianças e adolescentes

O palestrante Dr. Márcio de Oliveira iniciou conceituando os tipos de abusos e violências, sendo ressaltado que antes de iniciar uma pesquisa deve-se compreender estes conceitos e separar quais deles serão utilizados, pois os termos: abuso, violência, estupro são abrangentes e por isso recomenda-se fazer o recorte.

Foram apresentados casos de manchetes de jornais que acarretaram debates e discussões, e através desses casos perceberam-se, como em todos os demais, que a sociedade dá aval para que tais violências perpetuem, com a cultura do estupro e o machismo fortalecendo e revitimizando essas situações. As instituições sendo omissas, sendo elas públicas ou privadas, como o sistema universal de saúde (SUS) ou as empresas de clube de futebol, e ficando cada vez mais claro que

essas violências perpassam as esferas e classes sociais.

No ambiente escolar, um local propenso das denúncias, sendo necessário os profissionais da educação e da administração da escola estarem preparados e dispostos a auxiliar a criança/adolescente e sua família, por isso a importância da discussão e do empoderamento da sociedade escolar, para que possa cumprir e comprometer-se na educação sexual, para que os casos subnotificados passem a ser notificados, para que não perpetue a violência na vida das crianças e adolescentes, para que estas sejam acolhidas. É necessário não somente a sociedade escolar, mas toda a sociedade mobilizar-se, pois a escola e a educação sexual são um dos vários projetos a serem seguidos, pois não basta somente ensinar sobre educação sexual e acolher as vítimas, mas precisa-se trabalhar com a intenção de modificar essa realidade, transformá-la.

Considerações Finais

O Projeto de Extensão “Políticas de Socioeducação: diálogos profissionais e diálogos sobre educação e escola” (2020) cumpriu com o objetivo de ampliar a atuação da universidade para além das salas de aulas, contribuindo para minha interação e transformação na minha realidade social, através do empoderamento. Proporcionou também contribuição através de leituras e diálogos que fomentaram interação com outros campos, cursos superiores e estudantes.

Referências

FERNANDES, Maria Nilvane. **História da institucionalização de crianças e adolescentes para uma compreensão do menorismo**. In: PROGRAMA DE ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO EMERGENCIAL. 2020, Manaus: UFAM. Disponível em :<https://classroom.google.com/c/MTg4MDYzMTM5Njcw/m/MjAzMTE2NjlyNjE4/details> Acesso: 29 out. 2020.

LAU, Héilton Diego. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na língua portuguesa: a voz “del@as” ou “delxs”? Não! A voz “delus”!. **Simpósio internacional em educação sexual saberes/trans/versais currículos identitários e pluralidade de gênero**. 2017. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3112.pdf> Acesso em: 03 fev. 2021.

Marley, Luanna. Gênero e direitos humanos. In: PROGRAMA DE ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO EMERGENCIAL. 2020, Manaus: UFAM. Disponível em :<https://classroom.google.com/c/MTg4MDYzMTM5Njcw/m/MTcxOTQxNDEwM DY0/details> Acesso em: 17 nov. 2020.

MATOS, Rosana Trindade de. **Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Amazonas**. In: PROGRAMA DE ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO EMERGENCIAL. 2020, Manaus: UFAM. Disponível em : <https://classroom.google.com/c/MTg4MDYzMTM5Njcw/m/MjMwMDYzMTM5Njcw/details> Acesso em: 10 nov. 2020

Oliveira, Márcio. **A função da Educação Escolar frente à violência sexual contra crianças e adolescentes**. In: PROGRAMA DE ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO EMERGENCIAL. 2020, Manaus: UFAM. Disponível em : <https://classroom.google.com/c/MTg4MDYzMTM5Njcw/m/MTcxOTQ2NjM0MTY3/details> Acesso em: 19 nov. 2020.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. **Gêneros não-binários, identidades, expressões e educação**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, Jan./Abr. 2016. <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. ISSN on-line: 1982-9949 Doi: 10.17058/rea.v24i1.7045. Acesso em: 19 nov. 2020.

